

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-09-08

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Santos, M. H. & Castano, C. (2004). Uma viagem pelo tempo e pelo conhecimento. Entrevista biográfica a Jorge Correia Jesuino. In Célia Soares e Lígia Amâncio (Ed.), *Em torno da psicologia: Homenagem a Jorge Correia Jesuino*. (pp. 27-51). Lisboa/Portugal: Livros Horizonte.

Further information on publisher's website:

http://www.livroshorizonte.pt/catalogo_detalhe.php?idLivro=781

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Santos, M. H. & Castano, C. (2004). Uma viagem pelo tempo e pelo conhecimento. Entrevista biográfica a Jorge Correia Jesuino. In Célia Soares e Lígia Amâncio (Ed.), *Em torno da psicologia: Homenagem a Jorge Correia Jesuino*. (pp. 27-51). Lisboa/Portugal: Livros Horizonte.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

2

**UMA VIAGEM PELO TEMPO E PELO
CONHECIMENTO. ENTREVISTA BIOGRÁFICA
A JORGE CORREIA JESUINO.**

HELENA COSTA SANTOS
CHRISTOPHE CASTANO

A realização da entrevista ao Professor Jorge Correia Jesuino (JCJ) foi um processo colorido por várias *nuances* e por vários estados de espírito.

Inicialmente, quando nos foi perguntado se estaríamos interessados em realizar esta entrevista, ficámos eufóricos. Afinal de contas, o professor é, para nós, jovens psicólogos sociais, uma referência, e esta oportunidade representava um momento único. Poderíamos fazer todas as perguntas, tirar todas as dúvidas, enfim, poderíamos aprender coisas novas com um dos primeiros e grandes psicólogos sociais portugueses.

E aqui começaram a surgir as dúvidas e os nervosismos. As nossas questões remetiam-nos para o conteúdo da entrevista. Face a uma pessoa como JCJ, com uma carreira tão brilhante, o que pretendíamos saber? Por onde deveríamos começar?

Mas, o nosso nervosismo dissipou-se quando o professor nos acolheu no seu pequeno, mas aconchegante gabinete, no ISCTE. Aquele que parecia tão distante, aos olhos dos mais novos, acabou por se revelar uma pessoa aberta, simples, bem-humorada e muito acessível, tendo em conta todo o seu percurso de vida e sabedoria. Fomos verdadeiramente surpreendidos.

A “conversa” acabou por ser uma bela viagem pelo tempo, recheada de grandes memórias desde a sua infância até à actualidade, e contribuiu para aumentar, ainda mais, a nossa admiração pelo Professor JCJ.

Entrevistadores (E) – Recuando um pouco à sua infância gostaríamos de saber se há alguém – a sua mãe, o seu pai ou irmãos, que o tivesse influenciado, ou tivesse constituído um *role model*?

Jorge Correia Jesuino (JCJ) – O meu pai era da Marinha, mas julgo que a influência teria sido remota, porque fiquei órfão cedo. Tinha 6 anos quando o meu pai morreu de doença cardíaca, ainda novo. Mais tarde, o meu irmão também morreu de doença cardíaca e também relativamente cedo. Antecedente que me levaram a pensar que a minha vida seria curta, o que não parece ser o caso. Acresce, segundo a minha mãe, que eu era muito infantil e, talvez por isso, conserve uma ideia vaguíssima do meu pai. Com 6 anos poderia ter uma memória mais viva. Logo a seguir, entrei na escola primária. Foi sobretudo o meu irmão que exerceu alguma influência, porque era mais velho, tinha mais 4 anos, sendo uma espécie de pai substituto. Ele gostava de ler e de escrever e despertou em mim o gosto pela leitura. Mas não na escolha da profissão.

E – O seu irmão gostava de ler?

JCJ – Sim, e devo-lhe esse tipo de iniciação que teve lugar logo ao nível da escola primária. Para continuar a recordar a infância resta acrescentar que a minha mãe era muito autoritária. Ela explicaria, mais tarde, que “crianças sem pai precisavam de uma mãe que fosse também um pai”. Em termos de contexto social, a família era pobre e isso também pesou na decisão de ir para a Marinha e seguir a carreira militar. Na altura, pensei que seria uma maneira simples de aceder ao ensino superior sem grandes custos. Tinha aliás o projecto de tirar um outro curso e mudar de carreira. Na altura, alguns jovens tomavam essa opção, embora sobretudo através da Marinha Mercante. Eu não tinha de resto grande vocação militar. Enquanto estudante, fui bom aluno sem ser genial. Tinha boas notas em cadeiras abstractas, por exemplo, a Matemática e a Filosofia. Especialmente em Filosofia fui muito bem classificado, gostei muito da disciplina e isso teria contribuído para decidir tirar um curso de Filosofia, o que realmente veio a suceder. Logo que sai da Escola Naval e comecei a minha carreira como Oficial da Marinha, matriculei-me em Filosofia e fui tirando o curso. Não tirei “de jacto” porque interrompi devido a uma missão de 2 anos em Macau. Isto foi nos anos 60, no que então se designava uma “missão de soberania” a bordo do aviso “Gonçalves

Zarco”. Alternávamos entre Macau, Hong-Kong e Timor. Conservo a memória romântica de um Macau decadente, muito diferente do que é hoje. Ao voltar a Macau, 30 anos depois, andei também eu “à procura do tempo perdido”, mas claro que não o reencontrei.

E – Em que área fez a sua tese?

JCJ – A minha tese de licenciatura foi sobre Leibniz e Locke, sobre as ideias inatas e a célebre polémica que opôs os dois filósofos. Tive boas classificações ainda que na condição de aluno externo com poucas oportunidades de frequentar as aulas. Após a licenciatura alimentei o projecto de me doutorar. Eram tempos diferentes e os doutoramentos eram raros. Note-se aliás que a população universitária era igualmente minoritária. A explosão só viria a verificar-se após o 25 de Abril.

O meu primeiro projecto de doutoramento inseria-se na área da Epistemologia Genética. Lembro-me de ter tido um primeiro contacto com a obra de Piaget ao ler o “Nascimento da Inteligência”. Foi uma revelação e isso levou-me a ler Piaget praticamente na íntegra. O orientador que na altura contactei seria o Professor Délio Nobre Santos. Isto teve lugar nos finais da década de sessenta, altura em que fui nomeado comandante duma corveta para uma nova “missão de soberania”, desta vez, em Cabo Verde. Pensei que disporia de tempo para me preparar, aprofundando leituras. Em Cabo Verde conheci o Dr. Orlindo Gouveia Pereira que por ali passou igualmente embarcado num navio de guerra. O Gouveia Pereira é médico de Marinha, psiquiatra e concluiu o seu doutoramento em Psicologia na Universidade de Brandeis nos Estados Unidos. Constatámos que tínhamos interesses comuns e foi logo a seguir ao meu regresso a Lisboa que, pela mão dele, fiz a minha entrada na vida académica enquanto docente. Comecei, assim, a ensinar Psicologia do Desenvolvimento no ISPA, cadeira que aliás partilhei com ele. Eu tratava sobretudo de teoria de Piaget. Por outro lado, foi também em 1972 que igualmente comecei a minha actividade docente no ISCTE, igualmente associado ao Gouveia Pereira, mas em ligação estreita com o Professor Pina Prata que coordenava a área da Psicossociologia das Organizações e dos Recursos Humanos, na licenciatura de Organização e Gestão de Empresas, então criadas.

A colaboração no ISCTE nada tinha a ver com a Epistemologia Genética ou com a Psicologia do Desenvolvimento. É aqui que começa a surgir a dimensão esquizóide do

meu percurso. O facto de estar inserido numa carreira militar levou a interessar-me pelos problemas das organizações complexas e, sobretudo, pelo problema da liderança. Intrigava-me que os oficiais de carreira, e neste caso da carreira naval, não tivessem uma preparação específica neste domínio. Sempre fui um teórico, prefiro orientar-me por mapas cognitivos do que induzir a partir de dados empíricos. Lembro-me que o primeiro curso de liderança que segui era um curso por correspondência da Marinha Americana. A passagem à teoria levou-me aliás a escrever artigos para a primeira revista que me acolheu – os Anais do Clube Militar Naval. E foi por virtude dessa segunda vertente dos meus interesses que integrei a equipa do Professor Pina Prata, no ISCTE. De resto, a minha colaboração na área da Psicologia da Criança iria rapidamente cessar. Eu não era um psicólogo, não tinha qualquer prática clínica ou observacional, limitava-me à teorização. Foi sobretudo por tais razões que passei a orientar-me exclusivamente para a área das Organizações. E no próprio ISPA continuei a leccionar por largos anos mas também aí na área da Psicologia Social e das Organizações.

E – Disse-me que na Marinha a liderança se “aprendia socialmente”, através da observação de eventuais *role models*...

JCJ – Sim, embora isso fosse a situação na altura. Hoje, as academias militares não descuram esse tipo de preparação que, aliás, tem alcançado níveis elevados de sofisticação. Mas a aprendizagem social, vicariante, continua a ser decisiva seja para militares, seja para civis. Aliás os militares foram inovadores no recurso a uma aprendizagem prática, no terreno, através de situações simuladas. Técnicas que recentemente começaram a ser adoptadas na formação empresarial.

E – Em que consistia essa primeira intervenção da Psicologia Social e das Organizações nas licenciaturas do ISCTE?

JCJ – Julgo que é justo atribuir a paternidade da introdução desta componente no ensino da Gestão ao Professor Pina Prata. Ele tinha feito um doutoramento na Bélgica e já leccionava no Instituto de Estudos Sociais que precedeu o ISCTE. O ISCTE resulta

da reforma Veiga Simão e, na altura, era um Instituto que pertencia à Universidade Nova de Lisboa, outro facto hoje em dia esquecido.

E – Poderá, então, dizer-se que a Psicologia Social (PS) em Portugal tem aí o seu início?

JCJ – Não exactamente. A PS em Portugal, assim como tantas outras disciplinas, tem várias origens, muitos começos. Habitualmente consideramos que é sobretudo a partir dos anos 80, com a conferência da iniciativa dos colegas Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro, onde participaram figuras paradigmáticas da Psicologia Social Europeia, como Henri Tajfel, Willem Doise e Jacques-Philippe Leyens e sociólogos como Michel Crozier – aliás, daí resultou a publicação de um livro, que a PS adquire saliência na comunidade científica Portuguesa. Mas nunca há começos absolutos. A iniciativa teve lugar, porque aqueles nossos colegas desenvolviam, eles próprios, a sua formação doutoral em Louvain-la-Neuve. Em 1976, criam-se, pela primeira vez no ensino público, as licenciaturas em Psicologia nas Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra. O Professor Pina Prata transferiu-se, então, para a Universidade de Lisboa, embora acumulasse com o ISCTE durante alguns anos.

E – Algumas especificidades dessa aplicação da PS às organizações?

JCJ – O Professor Pina Prata introduziu uma dimensão analítica que a equipa pouco prolongou com a excepção do Gouveia Pereira que, por seu turno, se transferiu para a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Refiro-me à “patologia organizacional” muito inspirada nos modelos sistémicos da “terapia familiar”, designadamente nos desenvolvimentos propostos em Itália, pela equipa da Professora Palazzoli. Lembro-me duma reunião internacional que ele organizou e onde estiveram presentes muitas dessas figuras influentes. De qualquer forma, é por essa via e por influência directa do seu magistério que devo o contacto com outra figura “*bigger than life*” – o Gregory Bateson e toda a “Escola de Palo Alto”, e que muito me ajudou a recorrer a novos quadros conceptuais para me orientar nas complexidades organizacionais.

E – Então, foi ele o seu guia na área das organizações?

JCJ – Não, ele não foi propriamente o meu mentor, porque nós tínhamos orientações e interesses diferentes. Embora entusiasmado pelos novos modelos de comunicação de Palo Alto não vim a aderir a esta linha sistémica da análise organizacional. De resto fiz a minha tese de doutoramento sobre a temática da liderança. É certo que o Professor Pina Prata foi meu orientador, mas sem nunca impor qualquer tutela teórica, pouco interferindo no meu trabalho. Nessa altura, procurei desenvolver uma linha experimentalista que posteriormente também não prossegui de forma sistémica. Na tese, procurei fazer a ligação entre a PS e a PSO, seguindo o modelo genético de Serge Moscovici em alternativa aos modelos funcionalistas. Mas não foi neste aspecto que senti qualquer influência marcante do Professor Pina Prata.

E – Recorda-se, todavia, de figuras de professores que o tenham influenciado?

JCJ – Eu diria que tenho uma certa tendência para o *role model* e, por vezes, sofro daquilo que os ingleses designam de “*infatuation*”. Gostei do meu primeiro professor, o mestre Abílio, que me seguiu durante os quatro anos de escola primária. Tive, em seguida, uma grande adoração por um professor de Matemática – o Professor Nicodemos de Sousa Pereira, que nos acompanhou do 1º ao 7º ano do liceu, e que exerceu sobre mim uma influência profunda. Nos últimos anos do liceu tive um professor de Educação Física que me influenciou, não apenas a mim mas toda uma geração. Refiro-me ao professor José Esteves. Ainda hoje somos amigos, ele agora tem 84 anos. Foi assim uma “pedrada no charco”. A ele se deve a nossa primeira formação em “Cidadania”, traduzida na forma e no conteúdo do trato com os jovens estudantes. O Professor José Esteves, pela convivência democrática que introduziu na escola, transformou-se num mito nacional ainda hoje muito recordado.

Gostaria, ainda, de recordar o Professor José Hermano Saraiva, sobretudo pela maneira “diferente” como ensinava História. Ele orgulhava-se que os seus alunos eram capazes de expor a História de Portugal em trinta minutos ou mesmo menos. O que era verdade. Habitamo-nos a pensar em termos panorâmicos e muito pouco protagonísticos e isso acabou por ficar.

Quanto à minha passagem pela licenciatura em Filosofia, recordo figuras, como o Professor Manuel Antunes, um jesuíta que nos comunicou o deslumbramento pela Cultura Clássica e pela Filosofia Grega, bem como o Professor Osvaldo Market, um professor espanhol que, pela primeira vez, nos mostrou que a Filosofia é uma “ciência de rigor”. Antes dele, a tendência era mais literária, mais diletante.

E – E o Professor de Filosofia teve influência?

JCJ – Não exactamente. Dava-me boas notas, tratava-me bem, mas não foi um mentor. Aí funcionaram mais os conteúdos da própria disciplina. Eu gostava daquela matéria, estudava com muita apetência o que ele fez, e foi imenso, foi reconhecer essa minha paixão pela Filosofia e que se mantém até hoje. Embora depois tivesse enveredado pela Psicologia, mas por via de Epistemologia Genética.

E – Começou, então, pela Filosofia e depois enveredou pela PSO. Como se definiria? Como Psicólogo Social ou como Filósofo?

JCJ – Poderá parecer pedante, mas sempre insisti em definir-me não como psicólogo, mas apenas como professor de psicólogos e áreas afins. Tenho uma formação que me permite desenvolver aspectos de carácter sobretudo teórico, mas não tenho uma prática de Psicologia, nunca fiz Clínica. Quando muito alguma intervenção, escassa, ligada à formação e à mudança e desenvolvimento organizacional. Sempre me defini como professor, um teórico da Psicologia que dá aulas. Tenho também desenvolvido actividades de pesquisa em vários tópicos de PSO. Lembro-me de um colega holandês, Joseph Rijsman, que dizia que o facto de orientarmos teses e darmos aulas na leva a interessar por tudo o que é PS. Os temas que sempre me interessaram mais, na sequência do doutoramento, são os temas ligados aos grupos e à liderança dos grupos. E, posteriormente, vim a interessar-me pela Teoria das Representações Sociais (TRS) e, neste caso, sobretudo pelos desafios que coloca à reflexão filosófica.

E – Para as pessoas que não o conhecem, que não conhecem o seu trabalho, como resumiria toda a sua obra? E se tivesse de nos dar alguns termos-chave, quais seriam?

JCJ – Falar da obra é talvez excessivo. E não por falsa modéstia. Prefiro falar de trabalho repartido por tópicos como grupos, liderança, negociação, conflitos, representações sociais. Há também uma outra área de pesquisa que sempre me interessou. Refiro-me às comparações culturais. Colaborei em vários projectos internacionais, tais como o MOW (*Meaning of Work*), o WOSY (*Work Socialization of Youth*), o FOCUS 93 sobre clima e cultura organizacional e, mais recentemente, o GLOBE, envolvendo 62 países, sobre cultura e liderança. Participei igualmente em projectos de âmbito mais restrito, como é o caso de vários estudos comparativos bilaterais com o Brasil, com a França, com o sul da China, com os países Africanos de expressão portuguesa em domínios muito diversos, como a memória social, a liderança, as representações sociais e, mais recentemente, no âmbito da Sociologia da Ciência.

Atribuo esse meu interesse pelas comparações culturais a uma certa perplexidade face ao “enigma português”. Citando José Saramago, ainda morro sem perceber o que é ser Português. Esse foi aliás o tema da minha intervenção no encontro inaugural de PS, em 1980. E também o ponto de partida para um interesse que se tem mantido. Nessa comunicação caracterizei o *ethos* português em termos de “individualismo anómico”. Vinte anos depois ainda reconheço traços nesse “retrato de família”. Possivelmente é mais uma falsa questão. Tal como a identidade, como refere Tap, a resposta fica sempre aquém, o retrato resulta sempre ambíguo, incompleto e contraditório.

E – Se tivesse que escolher alguma das matérias que estudou ao longo do seu percurso, qual seria?

CJ – A mais importante de todas será, talvez, a da liderança.

E – Foi a que mais o marcou?

JCJ – Foi, pelo menos, a que mais me interessou e sobre a qual mais publiquei, que prossegui de forma mais sistemática. É aquilo que, ao fim ao cabo, estudei com mais persistência. Os próprios projectos transculturais também acabaram por convergir nessa temática. A minha tese de doutoramento anda à volta dos efeitos da liderança na moderação de fenómenos grupais, como a polarização. Muitas teses que tenho

orientado, alguns trabalhos em conjunto que têm surgido, também acabam por traduzir essa preocupação e esse interesse pelos efeitos de liderança. De resto, os construtos em PS, como noutras Ciências Sociais, estão todos interligados, o que significa que ao estudarmos, por exemplo, a liderança, encontramos a breve trecho toda a panóplia conceptual da disciplina. Acresce que a minha própria vivência de cerca de 20 anos na instituição militar teria certamente contribuído para o interesse pela temática do exercício do poder. Uma obra que curiosamente me fez reflectir, e lembro-me de a ter lido quando frequentava a Escola Naval, foi “*Servitude et Grandeur Militaires*” de Alfred Vigny. Embora publicada há mais de um século, o autor denunciava tiques que hoje perduram, mas sem deixar de reconhecer a dimensão de “*grandeur*” que lhe faz contraponto. O mesmo, aliás, se poderia dizer da cultura académica para onde, depois, transitei e que me confere alguma vantagem enquanto “observador” não necessariamente imparcial.

E – Pode elaborar um pouco mais, ou seja, que comparação estabelece entre a cultura académica e a cultura militar? Que conclusão tirou dessa dupla pertença?

JCJ – A cultura académica é mais “individualista”, a militar é mais “colectivista”. Os valores diferem, são outros padrões de socialização. A cultura militar valoriza a disciplina, a camaradagem, a lealdade, a coragem. Também publiquei alguns textos sobre essa temática tanto nos Anais do Clube Militar Naval como na Revista de Defesa Nacional, e ainda na Análise Psicológica. Mas, em ambas as culturas, sinto que me movimente mais à periferia do que no centro. Na nossa disciplina utiliza-se a expressão de “inclusão parcial”, introduzida por Allport. Ou seja, um pé dentro e outro fora. Ajudou-me, todavia, a corrigir estereótipos, a situar-me mais na terra de ninguém das interfaces, do que participar plenamente nas identidades e conflitos intra e intergrupo. Mas devo, também, confessar que o facto de ter sido inicialmente socializado na “coisa militar” condicionou muito a perplexidade que vim a sentir, ainda hoje, face às “anarquias organizadas”, na expressão de March, que são as organizações universitárias. Fenómenos como o carreirismo, o tactismo, os jogos de poder e a volatilidade das alianças são, certamente, observáveis em todas as organizações, incluindo as militares, mas adquirem particular intensidade no meio universitário. O interesse pelas

comparações culturais levou-me, porém, a concluir que o fenómeno é estrutural, constitutivo e não especificamente português.

E – Quando é que acabou a carreira militar?

CJ – Praticamente com o 25 de Abril. Não integrei o grupo dos “conspiradores”, não pertenci ao MFA, mas como tinha qualificações académicas, logo a seguir ao golpe, fui convidado a aderir. Sou portanto um MFA “*post-festum*”. O número de elementos da Marinha que prepararam o golpe militar foi aliás escasso, o movimento originou-se sobretudo no Exército. A Marinha tinha uma certa tradição de maior abertura democrática. No Clube Militar Naval organizaram-se conferências onde se convidavam figuras dissidentes, isto antes do 25 de Abril, e onde se abordavam questões políticas com muita abertura.

E – Conferências sobre o quê?

JCJ – Sobre temas culturais, mas com alguma componente política e integrando figuras claramente conotadas com a oposição. A Marinha sempre teve a fama de ser mais democrática, de ter uma influência mais inglesa. A minha adesão ao MFA teve lugar através do Victor Crespo, meu camarada de curso e figura activa do Movimento. Uma das minhas primeiras intervenções logo a seguir ao 25 de Abril foi integrar a comissão *ad hoc* para a Comunicação Social. Essa comissão fazia uma censura *a posteriori* da imprensa. Mas, pouco tempo depois, fui nomeado Director Geral da Comunicação Social, embora também por escassas semanas, porque em Julho fui para Angola a convite do Almirante Rosa Coutinho, figura que sempre admirei muito, um outro *role model*. O Almirante reunia qualidades raras de inteligência, coragem e resistência física e psicológica. Tinha espírito de missão, era um líder carismático por excelência. Enquanto membro do Conselho de Revolução foi nomeado para presidir à Junta Governativa, responsável pelo processo de descolonização. Eu integrei a missão na qualidade de Secretário de Estado para a Comunicação Social. Vivendo ambos no Palácio do Governo tive oportunidade de acompanhar de perto todo esse período entre Julho de 1974 e Janeiro de 1975, em Luanda. Regressado a Lisboa, integrei, em seguida, os governos provisórios de General Vasco Gonçalves – o final do 3º governo, e

depois os 4º e 5º governos, na qualidade de Ministro da Comunicação Social. Foram tempos muito intensos, muito agitados, muito exaltantes, mas também muito controversos e que me deixaram sequelas profundas. Foi também uma perda de inocência, muito embora eu, na altura, já tivesse 40 anos. Em 1976 realizou-se, em Lisboa, um congresso internacional sobre Hegel e isso constituiu uma oportunidade para apresentar um texto onde, numa forma sublimada, procurava uma leitura mais distanciada, mas ainda muito a quente, do processo revolucionário português.

E – Como recorda essa sua experiência política? Qual o balanço que hoje faz desse período?

JCJ – Com a queda do 5º governo provisório sai e comecei a fazer o meu luto da vida política. Foi uma experiência muito traumatizante para mim. Tal como muitos outros militares, eu não estava preparado. Julgo, aliás, que nunca se está, principalmente quando se vive um período revolucionário anárquico e de vazio institucional. Enquanto “experiência de poder” revestiu-se de grande intensidade, com os seus momentos de exaltação e glória – nunca me senti tão patriota como então, mas o balanço final foi doloroso – “*la grande illusion*”, e só em raras ocasiões, como esta, volto a falar nisso.

E – Podemos dizer que é aí que acaba a carreira militar e começa a carreira académica?

JCJ – Sim. Com o 25 de Abril e a curta passagem pela actividade política interrompi a carreira académica tanto no ISCTE, como no ISPA.

E – Mas entre 72 e 75 trabalha paralelamente, tem duas carreiras?

JCJ – Exacto. Uma transição de carreira que, ainda por cima, se mistura com uma experiência política. Interrompi a carreira académica em 74 para ir para Angola e só volto à carreira académica e ao ISCTE, e também ao ISPA, em 1977.

E – Parece, contudo, verificar-se uma moratória entre os finais de 75 e 77?

JCJ – Até certo ponto. Porque a minha vida militar não terminou propriamente em 1975. Depois disso fui, de certo modo, marginalizado, o que era inevitável após o “volte-face” de 25 de Novembro. Ocupei-me de tarefas de selecção de cadetes e fui também professor na Escola Naval, onde iniciei a cadeira então designada por Estudos Sócio-Militares. Uma oportunidade para introduzir o estudo científico da liderança. Aí leccionei cerca de 3 anos, de 1976 a 1979, tendo conhecidas sucessivas coortes de jovens cadetes. Mas o Almirantado cedo se deu conta do contra-senso de manter um “ex-Gonçalvista” a preparar os futuros oficiais. É, portanto, a partir de 1980 que, sem deixar de pertencer aos quadros da Marinha, deixei de ter qualquer tarefa atribuída, podendo dedicar-me exclusivamente à carreira académica. As tarefas de selecção permitiram-me levar a efeito estudos comparativos no domínio dos valores, aplicando a escala de Rokeach a sucessivos coortes de candidatos à Escola Naval. Tais estudos nunca vieram a ser publicados ainda que os tenha apresentado numa reunião leste-oeste da *European Association of Experimental Social Psychology*. O interesse dos dados consistia em confortar a tese do valor indicativo da distância relativa entre os dois valores terminais – liberdade e igualdade. Se em 1976 a igualdade figurava em 1º lugar e a liberdade a meio da escala, cerca de 5 anos depois as posições relativas invertiam-se, sem dúvida reflectindo o próprio “*Zeitgeist*”. Mais tarde, realizei um outro estudo que publiquei num volume editado no âmbito da colaboração com Robert Bales, em que analisava os indicadores dos processos de socialização na Escola Naval e onde verifiquei a evolução progressiva dos cadetes em alinhar as suas posições com as preconizadas pelos “*gatekeepers*”.

Nesse período de transição e, novamente em estreita colaboração com o Gouveia Pereira, decidimos ambos organizar uma obra em vários volumes sobre a Psicologia da Criança, que veio a ser publicada pela Moraes Editora, e na qual colaboraram vários autores, como Joyce-Moniz, Pedro Luzes e Barahona Fernandes. A minha contribuição substantiva traduziu-se num texto sobre a teoria de Piaget. Fechava-se, para mim, o ciclo piagetiano, embora viesse posteriormente a publicar alguns artigos nos Cadernos de Filosofia e Epistemologia organizados por Manuel Maria Carrilho e Fernando Gil. Ainda mais recentemente vim a intervir numa sessão de homenagem a Barbel Inhelder, organizada pela nossa colega Luísa Morgado da Universidade de Coimbra, e de que

resultou uma publicação, em 1998, pela Sociedade Portuguesa de Psicologia. Piaget é um autor que fica e que merece sempre ser revisitado.

E – Julgo que num dos seus artigos introduz a expressão de “alienação dos militares”. Quer elaborar um pouco mais? Acha que o conceito ainda é actual?

JCJ – O conceito de alienação caiu, na verdade, em desuso. Os tais “*fads and foibles*” das Ciências Sociais de que fala Sorokin. O conceito tinha conotações marxistas ou pelo menos marxianas. Pretendia acentuar o tal carácter de “servidão” já presente em Alfred Vigny, embora sem a mesma riqueza conotativa. Recorde-se que Portugal vivia sob um regime autoritário, senão mesmo fascista, e que, em última análise, eram os militares que o apoiavam. Uma questão muito quente, logo a seguir ao 25 de Abril, consistia justamente em discutir em que medida os militares deviam obediência cega ao Estado e, mais concretamente, ao Governo. Essa questão, hoje, parece inteiramente ultrapassada. Ou então adormecida. Recordo um diálogo recente que tive com Serge Moscovici em que falávamos das sociedades, como uma articulação “*loosely coupled*” de subsistemas e em que, segundo ele, o subsistema militar, e desde logo, o subsistema militar norte-americano, seria um subsistema totalitário. Talvez que o ideal dos políticos seja dispor dessas máquinas complexas, sofisticadas e obedientes, prontas a fazer aquilo que lhes mandam. Mas a alienação tem limites, aliás, bem patentes no caso da revolução de 25 de Abril. Muitos de nós sentimos, porém, a dificuldade de viver no exercício duma actividade cada vez menos legitimada pela sociedade civil, levando, em muitos casos, à deserção e finalmente ao derrube do regime.

E – Mas, e a esta distância, estabelece alguma continuidade entre essa fase piagetiana e o interesse, praticamente exclusivo, que em seguida consagrou à PS?

JCJ – Há sempre continuidades. O exemplo de Willem Doise, que trabalhou paredes-meias com Piaget, é ilustrativo. É sabido, e Piaget foi, aliás, muito criticado por isso, que os processos que ele analisou excluem o social enquanto factor constitutivo das operações cognitivas. Para Piaget, o social actua como factor externo. Como, aliás, a afectividade. Mas é também sabido, e é novamente Doise quem insiste nesse ponto, que a obra de Piaget sobre o Desenvolvimento Moral, poderia ter constituído uma

verdadeira introdução à Psicologia Social. Designadamente, através da descentração não apenas cognitiva, mas sócio-afectiva. Ainda hoje tenho dúvidas quanto a considerar que Kohlberg foi mais longe do que o mestre de Genève. Um debate que sempre gosto de reavivar com o nosso colega e amigo Orlando Lourenço, esse sim, um estudioso que tem sabido prolongar essa reflexão em termos sistemáticos, com assinalável mérito e justa consagração internacional. Acresce que a obra de Piaget não se limita ao desenvolvimento cognitivo. Não podemos esquecer a sua vasta contribuição também em Sociologia e, sobretudo, em Epistemologia Genética, e sob esse aspecto veja-se a Teoria da Equilibração, uma outra abertura para as ligações interdisciplinares. Recordo-me de ter conduzido um curso livre na Faculdade de Filosofia da Universidade de Lisboa, nos finais da década de 70, durante dois anos, a convite do Fernando Gil, precisamente sobre a temática da Epistemologia Genética. Foi sempre nessa perspectiva que trabalhei a obra de Piaget e continuo a pensar que tem continuidade na PS.

E – Voltando às organizações. Que ligações estabelece com a PS – mera aplicação ou independência? Onde considera situar-se?

JCJ – Bom, há muitas psicologias, como é sabido. Terá porventura razão Thomas Kuhn quando diz que as Ciências Sociais são pré-paradigmáticas. Muitas correntes, muitas teorias de médio alcance, muitas tensões entre centro e periferia. Nos estudos que conduzimos no início de 90 sobre a comunidade científica portuguesa, o nosso colega Jorge Vala apurou numa forma muito clara que a identidade dos psicólogos se repartia entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais. Isso é fácil de reconhecer quando pensamos na Psicologia Experimental e, sobretudo, nas suas ligações mais recentes às neurociências, mas vemos que idêntica diferenciação se verifica ao nível da própria PS de vocação mais experimentalista. Há aqui elementos de tensão que alimentam uma polémica não apenas histórica. Para os psicólogos sociais que tendem a favorecer um maior contacto com os problemas sociais e, naturalmente, com áreas disciplinares próximas, como a Sociologia ou a Antropologia, o paradigma experimentalista, que aliás não se rejeita, tende todavia a descontextualizar, a privilegiar os processos em detrimento dos conteúdos, o que leva a disciplina a distanciar-se da vocação interventora que animou os pais fundadores como Lewin, Asch, Heider ou mesmo

Festinger. Entretanto, na Europa, autores como Moscovici, Tajfel, Doise e tantos outros, sempre procuraram desenvolver uma PS mais social, mais contextualizada.

O estudo das organizações constitui um domínio de aplicação por excelência para a PS, designadamente através dos processos de grupo. Mas, mais uma vez, há continuidades com a Teoria das Organizações, de carácter mais estrutural, mais sistémico. A terminologia, variando entre Psicossociologia das Organizações, Psicologia Industrial e do Trabalho, Comportamento Organizacional, reflecte as hesitações da disciplina.

Mas, talvez não seja importante estabelecer fronteiras. Também aqui podemos recordar a postura antipositivista de Piaget ao insistir nas continuidades interdisciplinares, e mesmo transdisciplinares. As organizações são fenómenos demasiado complexos tornando difícil o recurso ao método experimental. Isso não significa, porém, que se prescindia de identificar relações causais, processos de mediação e de moderação, no que se refere à tradição quantitativa. Por outro lado, oferece um terreno propício para abordagens qualitativas, como por exemplo as que se inspiram nas Representações Sociais, no Interaccionismo Simbólico ou na Etnometodologia. Gosto sempre de evocar Anselm Strauss, e faço-o com frequência, na caracterização que propôs das organizações enquanto “ordens sociais negociadas”.

E – Mas acha, como por vezes se ouve, que a PS está em crise?

JCJ – Sim e não. Como sempre, não há respostas simples, como não há perguntas simples. É certo que muitos psicólogos sociais lamentam que a disciplina tenha evoluído para um certo gongorismo estéril. As grandes revistas, como a JPSP e o EJSP, ilustram a tendência para um experimental-chic, cada vez mais inteligente, cada vez mais micro-processual e cada vez menos contextualizado. Os experimentalistas, como bons Popperianos, têm uma certa aversão ao contexto. Um doutorando meu, muito adepto das “*hard-cognitions*”, diz-me que sente sempre uma certa crispação quando lhe falam em contexto. E tem alguma razão, na medida em que o contexto é uma caixa de Pandora. De lá vem o “ruído” que abafa e distorce o “sinal”. Mas, esta imagem da PS é talvez um pouco redutora. Tenho uma natural tendência a ser eclético. Por chocante que isso possa parecer é ainda a atitude que considero mais realista, e também mais “negocial”. Desde que estudei Leibniz adoptei como divisa “*je ne méprise presque rien*”. Julgo que a haver “erro” é nas exclusões, nas disjunções. A Teoria das

Organizações leva-nos, aliás, a recuperar o pensamento dialéctico – que muito interessou Piaget em final de carreira, e que significa justamente ter que lidar com tensões contraditórias e que nem sempre, ou mesmo quase nunca, se superam numa síntese integradora.

Em resumo, diria que há que estar atento e evitar os *apriorismos* fáceis. Em última instância, a triagem opera-se talvez através dos mecanismos de selecção natural, o que não nos dá qualquer garantia de convergência teleológica – sob esse aspecto tenho particular simpatia por posições, como as da Hacking ou de Pickering.

E – Acha que há diferenças entre a PS Europeia e a Americana?

CJ – Reportando-me ao que sustento no manual de PS editado pelos nossos colegas Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro, julgo que, não obstante a aproximação aqui, como em tantos outros domínios, dos dois lados do Atlântico, há todavia diferenças que subsistem. Continuamos, na Europa, a dar mais atenção aos aspectos sociais e isso reflecte-se nas próprias disciplinas que praticamos. Recordarei sempre um seminário conduzido por Herzberg na Universidade Nova de Lisboa, em que ele, a propósito da perspectiva sócio-técnica introduzida pelos escandinavos, reagia, no seu estilo peculiar, repudiando a “tirania dos grupos” que ele considerava típica dos Europeus. Linhas de pesquisa, como a identidade social e relações intergrupo iniciadas por Tajfel, ou da influência inovadora das minorias activas, desenvolvida por Moscovici, são exemplos da especificidade europeia e que, aliás, vieram a ser reconhecidos pelos colegas norte-americanos. No domínio das organizações, o paradigma político, com a sua acentuação nas relações de poder e nos comportamentos estratégicos, também a contribuição europeia foi claramente pioneira. Mas a própria dinâmica da globalização leva a uma maior indistinção das especificidades culturais.

E – Concorda que os psicólogos sociais têm muito a “oferecer” à sociedade, em termos de conhecimentos e explicações, mas também em termos de aplicações práticas? Considera que a PS tem um impacto semelhante às outras Ciências Sociais na sociedade?

JCJ – Sim, sem dúvida que a PS é importante, tem impacto social e contribui para um melhor entendimento dos processos e, sobretudo, quando descobre mecanismos e processos contra-intuitivos.

Sem qualquer preocupação de balanço sistemático considera-se o exemplo da teoria altamente heurística da dissonância cognitiva, as experiências de Milgram ao mostrarem que cidadãos normalíssimos são capazes de administrar choques de 400 *volts* em obediência a uma autoridade científica legitimada, as experiências de Latané ao mostrar que observadores isolados uns dos outros tendem a não actuar em favor duma vítima, as experiências de Moscovici revelando que os grupos têm tendência para polarizar, ou seja, para extremar posições individuais convergentes, ou ainda do mesmo Moscovici, as experiências que explicam como se desenvolvem os processos de conversão, os trabalhos de Lerner mostrando em que medida tendemos a pensar que vivemos num mundo justo, o que pode conduzir à enorme injustiça de responsabilizar as próprias vítimas. A utilidade da PS foi, aliás, bem ilustrada por um dos pais fundadores da disciplina, Kurt Lewin, com as suas intervenções sempre citadas da mudança de hábitos alimentares, ou ainda com os estudos experimentais que efectuou sobre estilos de liderança, e dos quais concluiu que a liderança democrática comparada com a liderança autoritária não é menos eficiente, oferecendo, por outro lado, a vantagem adicional de estimular a criatividade e de reduzir as tensões intra-grupo. São apenas alguns exemplos e dos mais conhecidos, mas a lista é muito vasta e bem demonstrativa da vitalidade da disciplina.

E – Considera, no entanto, que a PSO, sob este aspecto das aplicações e da utilidade, oferece um balanço mais favorável que a PS?

CJ – Eu não diria tanto. Em certos casos têm-se observado transferências com consequências não negligenciáveis. Veja-se o estudo sobre os grupos. É um tema forte da PS entre os anos 40 e 70. As observações pioneiras de Bales revelaram-se, de certo

modo, definitivas. Tive, aliás, oportunidade de colaborar nos desenvolvimentos posteriores com a passagem ao modelo do SYMLOG. De algum modo, constituiu uma tentativa para construir uma metodologia de intervenção. Muitos outros fenómenos foram detectados pelos psicólogos sociais, como por exemplo, a inércia social (*social loafing*), a facilitação social, os efeitos estruturais na produtividade, os processos de tomada de decisão e os efeitos perversos da conformidade (*groupthink*). Mas é, por outro lado, um facto que a partir da década de 80, os grupos, pelo menos na perspectiva funcionalista, deixaram de interessar os psicólogos sociais, passando sobretudo a ser estudados enquanto equipas no contexto das organizações. O mesmo se poderia dizer dos processos de liderança, de gestão de conflitos e negociação, de motivações sociais ou mesmo da construção social da realidade. Na PSO predomina o paradigma funcionalista com a sua obsessão com a eficácia, operacionalizada através da variável dependente, o que lhe confere uma maior “utilidade”, a curto-prazo. Mas, também no estudo dos grupos e das organizações, há paradigmas alternativos, alguns inclusivamente algo exóticos, permitindo aproximações mais explicativas e menos instrumentalistas.

E – Já que estamos a falar sobre a PS, aparte a questão do paradigma funcionalista, como descreveria a evolução actual da PS e a evolução futura, a nível geral e também ao nível de Portugal?

CJ – A questão é particularmente difícil e sobretudo não tenho uma visão de conjunto que me permita fazer qualquer tipo de prospectiva. A diferenciação disciplinar, hoje em dia, é tal que mesmo em temas muito específicos é difícil fazer balanços. Keith Grynt, com base em dados de 1995, fez as contas e concluiu que para um estudioso do tema da liderança estar actualizado precisaria de ler um artigo por hora. Felizmente que a maior parte da produção é redundante, felizmente que há revisões críticas, meta-análises, redes de contacto, reuniões periódicas. Tudo quanto eu possa dizer sobre tendências correrá sempre o risco da arbitrariedade. Aqui, o mais fácil é pensar que iremos ter “*more of the same*” e não antecipar qualquer revolução paradigmática. Julgo que as ciências da cognição vão continuar a afirmar-se, mas, também aqui, não parece verificar-se qualquer convergência integrativa, mas antes uma persistência do “*apartheid*” de partida. O cognitivismo, e também o socio-cognitivismo, parecem não dar qualquer

sinal de quebra. Entretanto, porém, e em contraponto, assiste-se a uma maior sofisticação dos métodos qualitativos, reforçada por um desenvolvimento paralelo da análise de dados e pelo impacto das novas tecnologias da informação. A comunicação mediada por computador abriu novas fontes para a pesquisa e a isso temos também dedicado alguma atenção, designadamente no que se refere ao trabalho em grupo. Temas como a globalização, os movimentos minoritários, a exclusão social, a justiça social e a ética aplicada, continuarão muito provavelmente a saturar a agenda dos cientistas sociais, e nela os psicólogos sociais têm uma palavra a dizer. Vejam-se os estudos de Doise sobre os direitos humanos enquanto representações sociais normativas. Eles constituem um exemplo de tendências emergentes na nossa disciplina. E, por falar em Doise, a ele igualmente se deve a primeira tentativa de articulação dos níveis de análise, a meu ver um dos problemas epistemológicos mais difíceis que se colocam às Ciências Sociais e, desde logo, à PS. Basicamente, trata-se de apurar quais os limites do reducionismo, mas também como são possíveis os processos de superveniência. Voltamos à Teoria da Equilíbrio de Piaget, a qual não parece constituir uma resposta convincente. O problema permanece em aberto e constitui um dos desafios que tem interessado a Filosofia Cognitiva e designadamente autores como Davidson, Stich e Chalmers, entre outros. Em termos de análise de dados verificaram-se, entretanto, progressos importantes na definição de critérios de agregação e de cruzamento de níveis, os quais poderão permitir conduzir o debate em termos não apenas reflexivos e especulativos.

E – Gostaríamos de falar, agora, sobre a PS em Portugal. Se recuarmos até à época imediatamente a seguir à revolução, como analisaria, agora, as orientações que foram decididas, na altura, pela comunidade científica, nomeadamente a PS? Considera que foi uma boa opção dado o tempo escasso para agir?

CJ – Antes de mais, decorreu ainda pouco tempo, apenas cerca de 30 anos. Eu aplicaria aqui o esquema da “racionalidade retrospectiva”. Houve projectos individuais que se desenvolveram de uma forma mais ou menos espontânea, e decorridos 10 anos ou decorridos 20 anos, ao olharmos para trás, descobrimos que houve uma “estratégia emergente”. Quer dizer que ela não foi deliberada, não foi consciente. Os autores iam trabalhando, solicitados à esquerda e à direita, predominando, nos primeiros tempos,

alguma lógica de diferenciação. Aliás, isso é comum nas comunidades científicas. Gerard Lemaine, um psicólogo social que se interessou pelos processos de diferenciação na ciência, fez trabalhos experimentais neste domínio, apurando tratar-se duma estratégia de identidade social através da distintividade. Em Portugal, o espaço estava todo aberto e cada um de nós caminhou em diferentes direcções. Os cursos de Psicologia foram introduzidos nas Universidades Públicas de Lisboa, Porto e Coimbra apenas em 1976. As primeiras vagas de estudantes têm lugar a partir dos inícios dos anos 80. Passa a dispor-se de “mão-de-obra” para reforçar o ensino e sobretudo o ensino baseado na pesquisa. Trinta anos depois, o balanço parece-me francamente positivo. Hoje, aliás, temos talvez uma oferta excessiva. Dispomos, com efeito, de 26 licenciaturas em Psicologia combinando ensino público e ensino privado. O número de profissionais aumentou em flecha. Por seu turno, a pesquisa também tem progredido tanto em quantidade, como em qualidade. Hoje, jovens autores, já de 2ª geração, como José Marques, Leonel Garcia Marques, Orlando Lourenço, Miguel Pina e Cunha, vêm os seus trabalhos publicados em revistas internacionais de “cinco estrelas”. Não estou muito certo, todavia, de que haja alguma especificidade de conjunto. O que, de resto, também não terá muito sentido quando se trata duma actividade que continua a desenvolver-se em grande parte através dos “colégios invisíveis”. Há centros de excelência em torno de figuras mais ou menos tutelares. No caso do ISCTE, onde nos situamos, nomes como Jorge Vala, Maria Benedicta Monteiro, Lígia Amâncio, Luísa Lima, António Caetano ocorrem de imediato. E, nestes casos, com um mínimo de coerência temática. Julgo que o mesmo se pode aplicar a outros centros na Universidade Nova de Lisboa, na Universidade de Lisboa, na Universidade do Porto, na Universidade do Minho e no ISPA. E estou a referir-me apenas a PSO e não a outras vertentes da Psicologia, como é o caso da Psicologia Cognitiva, da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Clínica ou ainda da Psicologia do Desporto e da Psicologia da Saúde. Neste último caso, a valorização estatutária da carreira de enfermagem tem suscitado uma importante actividade de pesquisa associada à produção de teses de mestrado e de doutoramento, introduzindo, neste universo social, uma reflexividade até então ignorada. Não gostava de citar mais nomes para além dos que são os meus colegas mais próximos. Iria, com certeza, ser ainda mais injusto esquecendo os casos certamente numerosos dos muitos talentos em plena afirmação.

E – Uma questão de carácter geral. Se tivesse que citar quatro elementos importantes na sua carreira profissional – uma data, uma pessoa, um acontecimento e uma obra - que o tenham influenciado ao longo do seu trabalho de investigação, que elementos citaria?

CJ – Uma data, talvez o 25 de Abril. Para os portugueses que, como eu, na altura, estavam a meio da vida, com 40 anos, a perspectiva duma mudança que tardava em chegar foi saudada com particular entusiasmo. O momento que se viveu no 1º Maio de 1974 é difícil de esquecer. Um acontecimento é o que se acha associado à data. Haverá certamente muitos outros, alguns que remetem para a esfera privada de que aqui não nos ocupamos.

Uma pessoa, uma obra. Pergunta que sempre se faz e sempre perturba os entrevistados. Já me referi a autores como Piaget, como Bateson ou ainda como Kurt Lewin, Serge Moscovici e, portanto, não irei voltar a eles.

No domínio literário, Fernando Pessoa foi, sem dúvida, um dos grandes educadores e, neste caso, da sensibilidade. Para cada momento da minha vida há sempre uma passagem que salta, que se aplica.

No domínio filosófico, o autor central lido e estudado quando tinha 20 anos mas que me acompanhou por quase duas décadas, foi Jean-Paul Sartre. Também o li na íntegra, também o incorporei nos meus mapas conceptuais. No auge da revolução de Abril tive a oportunidade de o conhecer, em Lisboa, que ele quis visitar para sentir ao vivo a revolução. Sartre, nessa altura, era já uma presença fisicamente desgastada e pouco disse. Quis, por exemplo, falar-lhe de Flaubert mas o Serge July, ao lado, logo desdramatizou, dizendo que ninguém lia tal obra, totalmente inútil. Como diria (justamente) Fernando Pessoa a propósito do pião que rodopia e acaba por cair “como caem os deuses no chão do destino”. Mas não considero que a leitura apaixonada do Sartre tenha sido um desvio ou uma simples “*infatuation*” de juventude. Aprendi muito com tal leitura. O meu professor de Filosofia, Oswald Market, aconselhava-nos a ler selectivamente e sempre em profundidade. Pelos menos, no que se refere a Sartre foi o que fiz. Hoje, dou-me conta que muitos conceitos posteriormente desenvolvidos em PS foram argutamente antecipados quer no “Ser e o Nada”, quer na “Crítica da Razão Dialéctica”. Por exemplo, o caso dos grupos fusionários, bem como dos grupos serializados. Outro exemplo, o conceito de “torniquete” em tudo semelhante ao conceito

de “*double-bind*”. E a “*mauvaise foi*” hoje tão recordada e tão actual. Em todo o caso há um sub-fundo de cartesianismo em Sartre de que hoje me sinto muito afastado e que, em grande parte, deriva do meu contacto com a PS.

E – Agora que já sabemos que, ao longo da sua carreira, ocupou cargos de responsabilidade em Portugal e cooperou com investigadores de diferentes países, gostaríamos de saber se ao longo desta trajectória adquiriu convicções sobre as condições que favorecem a criação científica quer ao nível individual, quer ao nível mais geral da comunidade científica, em Portugal e no estrangeiro?

JCJ – Julgo que o contexto académico dá, de facto, oportunidade para investigar, sobretudo pela política de liberdade que pode ter os seus efeitos perversos no que diz respeito designadamente à falta de disciplina, mas que condição a ser condição “*sine qua non*” do trabalho científico. Depois, há evidentemente os constrangimentos materiais. No meu tempo - nos anos 50, 60, 70, a investigação era mais difícil. Com a adesão à Europa e o conseqüente acesso aos fundos estruturais, o panorama mudou de forma significativa. A partir da altura em que passámos a dispor de fundos, a investigação institucionalizou-se. Hoje é uma obrigação de todo o docente universitário. Quando começámos a vida académica, não tínhamos, contudo, essa percepção. Dávamos aulas e limitava-se a pesquisa à feitura da tese.

E – Considera, pois, que a PS em Portugal evoluiu mais com a nossa entrada na União Europeia do que com o 25 de Abril?

JCJ – Sem dúvida. O 25 de Abril trouxe a liberdade e permitiu a nossa adesão à EU em 1986. O desenvolvimento da nossa disciplina é fruto do 25 de Abril. Isto é, passou a ser mais fácil a obtenção de bolsas e fundos, e passou também a ser uma obrigação e um estímulo. Sem isso, não faríamos tantas teses e não progrediríamos. Houve uma explosão enorme. O 25 de Abril teve, pois, uma importância decisiva, fundamental.

E – E relativamente ao resto da UE?

JCJ – Não sei responder com exactidão. Não disponho de números mas até admito que tais números existam. Tenho todavia a ideia que temos convergido mais no domínio da investigação científica do que no domínio da produção económica. Mas tais comparações têm o seu coeficiente de perversidade.

E – A nível do ensino, considera que houve grandes mudanças desde o 25 de Abril?

CJ – É difícil não reconhecer as mudanças. Basta comparar o acesso ao ensino universitário no início da década de 70 e agora, 30 anos depois.

E – Para melhor ou para pior?

CJ – Sem dúvida para melhor. Evidentemente que a massificação poderá conduzir a um nivelamento por baixo. De qualquer forma, há saltos qualitativos e não apenas quantitativos. Está mais liberal, menos autoritário, introduziu, pelo menos ao nível universitário, esta exigência de pesquisa. No meu tempo de estudante era praticamente inexistente, pelo menos na área da Psicologia. Fazia-se uma tese, mas uma tese tinha uma componente de investigação mínima. As teses de doutoramento, por exemplo em Filosofia, e que habilitavam as pessoas posteriormente a exercer Psicologia, tinham que ser teses de doutoramento na área da Psicologia. Mas, uma tese de doutoramento típica em Psicologia consistia na aferição de um teste psicométrico – o suprasumo da análise de dados, aliás feita à mão, era a análise factorial. A aferição de um teste é algo que se faz actualmente como trabalho prático para uma cadeira. Nem sequer é uma tese de licenciatura. Estou a falar, como é óbvio, dos anos 50, onde não havia praticamente nada. Quando se olha para trás, com a minha idade, damo-nos conta do enorme salto que o país deu. Jovens como vós, que olham cinco anos atrás, não terão porventura a mesma perspectiva. E têm, aliás, toda a legitimidade para pensarem que pouco se evoluiu. Basta comparar não com o nosso passado, mas com o nível da comunidade a que passámos a pertencer.

E – Para finalizar, uma questão que gostava de colocar, e que não podia deixar de fazer, é se se sente realizado ao nível profissional? Existe alguma investigação que gostaria de ter realizado ou que ainda gostaria de realizar?

JCJ – Tenho bons exemplos. Piaget, já com 80 anos, no Congresso Mundial de Psicologia, tinha uma agenda de trabalhos que anunciava e que implicava cerca de 20 a 30 anos de trabalho. Morreu pouco tempo depois. Também muito citada é a figura de Victor Frankl que, na sua experiência de Auschwitz, concluiu que deve a sua sobrevivência ao facto de, como cientista, sentir que ainda tinha questões a resolver, problemas que tinham ficado sem resposta. Penso que a moral é clara, e que a fórmula é útil para evitar que “envelheçamos antes de morrer”.

E – E há algum projecto que gostasse de levar a efeito?

JCJ – Não um projecto, mas vários. Os 1000 livros que ainda não li e outros tantos que entretanto serão publicados.

Um regresso à Filosofia que aliás tem vindo a processar-se paulatinamente. Bertrand Russell dizia que quando passamos a idade de ouro da criatividade, que ele situava nos 30 a 40 anos, é altura de nos dedicarmos à Filosofia. Exemplo que ele próprio deu. E que, convenhamos, não é muito elogioso para a Filosofia. Podemos aliás perguntar-nos se o que dele ficou não se situa predominantemente na área da lógica matemática e para a qual deu contribuições decisivas.

No que me diz respeito, a curiosidade situa-se na área da Epistemologia e, como já referi anteriormente, intriga-me em especial o problema da superveniência ou, o que Piaget designava como o problema da emergência de novas formas. Possivelmente morreu sem ter encontrado uma resposta satisfatória. Resta, aliás, saber se o problema tem sentido ou se não constitui mais uma aporia da razão (pura?). De qualquer modo, dá para entreter os dias de um “*philosophe de dimanche*”.

No domínio da PS, gostaria (ainda) de examinar os processos finos subjacentes às práticas de liderança. Procuo fazê-lo com a ajuda de doutorandos e recorrendo, para o efeito, à análise das interacções mediadas por computador. A investigação é, porém, uma tarefa infinita, uma série interminável de caixas negras que ora se abrem, ora se fecham.

E – É interessante. É como se voltasse à origem, como se fechasse um círculo...

CJ – De certo modo. O que implicaria o eterno retorno, uma concepção circular do tempo, ao nível da ontogenia. Mas não estou muito certo disso. Aliás, nunca estou muito certo de coisa nenhuma.